

# As Forças Armadas na mira do Serviço Secreto do DOPS-SP: golpe e contragolpe (1955-1956)\*

## Armed Forces in the sights of the Secret Service DOPS-SP: stroke and backlash (1955-1956)

Nilo Dias de Oliveira\*\*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir a tensa conjuntura eleitoral de 1955, no interior das Forças Armadas através dos documentos do Serviço Secreto da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP) e do Arquivo pessoal do deputado Augusto do Amaral Peixoto localizado no CPDOC.

A vigilância sobre as facções militares neste período (1955-1956) revelava a fragilidade da distensão política impetrada pela constituição de 1946, onde o debate que ocorria na sociedade civil sobre as liberdades democráticas, assim como as reações ao cerceamento à liberdade de organização e expressão, configuravam um quadro institucional que, na visão dos militares, era caótico. Nesta perspectiva, o Serviço Secreto acompanhava de perto esta polêmica em torno da intervenção militar ou da legalidade constitucional defendida por estes grupos militares, aglutinados com os segmentos que detém o poder político e econômico e que vêem o permanente modelo de desenvolvimento do país correr riscos se, se ampliam os espaços rumo a uma democratização efetiva, mesmo a de teor liberal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Forças Armadas; DOPS-SP; Serviço Secreto; Golpe de Estado; Facções Militares; Brasil.

### ABSTRACT

This article aims to reflect the tense electoral cycle 1955, inside the armed forces through the documents of the Secret Service of the Bureau of the Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP) and the Personal File of delegate Augusto do Amaral Peixoto located in CPDOC.

The vigilance of military factions during this period (1955-1956) revealed the fragility of political détente brought by the 1946 constitution, where the debate taking place in civil society on democratic freedoms, as well as the reactions to restriction on freedom of expression and organization, set up an institutional framework in view of the military, was chaotic. This perspective, the Secret Service would closely follow this debate over the military or the constitutional legality held by these military groups, brought together with the threads that holds the political and economic power and they see the continued development model the country is at risk, to expand the spaces towards real democratization, even the liberal content.

**KEYWORDS:** Armed Forces; DOPS-SP; Private Service; Coupe d'Etat; Military Factions; Brazil.

O debate que ocorria na sociedade civil sobre as liberdades democráticas a

---

\* Este artigo é parte modificada de minha dissertação de mestrado intitulada *A vigilância do DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil década de 50) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008, que contou com apoio da CAPES.

\*\* Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) / Brasil.

partir da Constituição de 46 como também a sua grande movimentação a partir dos anos 50, colocava as Forças Armadas em prontidão. Tanto os *sorbonistas*<sup>1</sup> ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), como os *nacionalistas*<sup>2</sup> ligados ao getulismo, vislumbravam uma conjuntura de crise institucional, urgindo a necessidade de um golpe corretivo para garantir segundo eles, a democracia e os valores nacionais.

Dentro desta articulação da sociedade civil, respaldado no espectro da Guerra Fria, o fantasma de uma conspiração comunista era visto em todas as organizações, em todos os lugares, sendo exemplo disso a vigilância das informações dos comandos militares monitoradas pelos agentes do Serviço Secreto da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP). A documentação a seguir demonstra esta prática como também a paranóia anticomunista de considerar que a possibilidade de uma articulação revolucionária no país era iminente, caso não houvesse cerceamentos aos movimentos sociais.

A contradição desse período, já bastante analisada do ponto de vista das perseguições ao Partido Comunista, é a convivência de “liberdades democráticas” com propostas de fechamento do “regime”. No interior das Forças Armadas, na medida em que as denúncias sobre a infiltração comunista na caserna e nas instituições tomavam conta do noticiário, não houve mais trégua; enquanto o expurgo<sup>3</sup> acontecia nas hostes militares, setores das Forças Armadas se mantinham de prontidão, aguardando as condições favoráveis para desenfrear a “derrubada” do governo. São tão notórias as notícias na imprensa, que chega a se banalizar a possibilidade sempre iminente de um golpe militar.

Diante desta lógica a associação entre comunismo, getulismo e

---

<sup>1</sup> A partir da década de 50 o debate no interior das Forças Armadas era intenso a respeito dos caminhos do país em rumo à industrialização e a busca de apoio norte americano para o desenvolvimento bélico e estratégico das Forças Armadas no continente latino americano. Uma das facções mais importantes era os *sorbonistas*, essa ala do exército tinha verdadeira ojeriza pelos simpatizantes das idéias getulistas, e a aproximação do povo nas decisões governamentais. Acreditavam piamente que as Forças Armadas era a única instituição capaz de governar o país.

<sup>2</sup> Os *nacionalistas* que eram a facção do exército simpatizante com as idéias getulistas, contrários à intervenção militar na política, e que consideravam necessário garantir o desenvolvimento da nação um pouco mais distante do poderio do capital internacional.

<sup>3</sup> Durante a década de 50 houve um grande expurgo nas Forças Armadas dos oficiais e praças acusados de pertencerem ou serem simpáticos ao PCB. A minha dissertação de mestrado trata fundamentalmente deste expurgo a partir do clube Militar no ano de 1952. Ver o capítulo quarto da minha Dissertação de Mestrado (2008)

nacionalismo vai assim sendo gestada<sup>4</sup> e tais censores não apenas a registram como ajudam a consolidá-la, e, no seu entender, a encontram em todos os lugares, tanto entre os civis quanto entre os militares. Para tanto, os serviços de inteligência, à volta do Estado de Direito e do próprio Vargas ao poder, a articulação do movimento sindical, o retorno à cena política do Partido Comunista, a aplicação das leis trabalhistas, a liberdade de organização e manifestação e a própria Justiça do Trabalho, passaram a ser considerados sintomas nefastos e perigosos à democracia.

Essa nova realidade de liberdades democráticas e a tolerância de certos círculos oficiais em relação às atividades comunistas, para os segmentos mais conservadores, propiciavam cada vez mais a infiltração comunista:

[...] os antigetulistas e os anticomunistas civis e militares, em número cada dia maior, declaram-se solidários com o almirante Penna Botto. Não padece de dúvida que muitos dos seguidores do irrequieto marinheiro estão mais interessados na destruição de Vargas do que na de Prestes.<sup>5</sup>

Desta maneira a polarização política era inevitável, pois na mesma medida que se formavam entidades que se colocavam como *nacionalistas*, preocupadas com os destinos do país, como o *Movimento em Defesa do Monopólio do Petróleo*, a *Luta Contra o Acordo Militar Brasil Estados Unidos*, *Contra a Carestia*, etc. também se articulavam entidades reacionárias ligadas ao pensamento militar, como a *Cruzada Nacional Contra o Comunismo* fundada em 1952 pelo almirante Penna Botto e o *Clube da Lanterna* fundado em 1953 pelo jornalista Amaral Netto, grande colaborador de Lacerda:

Dentre os principais aliados de Lacerda no anticomunismo radical estava o jornalista Amaral Netto, fundador do reacionário Clube da Lanterna, e o almirante Penna Botto, fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista em 1952. Penna Botto acabaria tornando-se figura anedótica na sociedade brasileira dos anos 50, pelo seu anticomunismo exagerado, dando origem ao adjetivo pejorativo “penabotismo”, usada para designar aqueles que procuravam e denunciavam comunistas em todos os lugares e de forma obsessiva. [...] Um grupo declaradamente lacerdista nascido no começo dos anos 50, com certa unidade de discurso e ação que tinha o jornal Tribuna da Imprensa como referência foi chamado Clube da Lanterna (vale aqui ressaltar que uma lanterna era a logomarca do jornal). Algumas

---

<sup>4</sup> Conforme observa Ângela de Castro Gomes, “o que se pode observar naquele momento é que, mais uma vez, estreitou-se a relação ambígua entre getulismo e trabalhismo. Vargas, mesmo não sendo o candidato do PTB e sim da coligação PTB-PSD, voltava à cena política pelas mãos do trabalhismo, que ele mesmo construiu durante o Estado Novo. Partido, ideologia e líder, ao mesmo tempo que se associavam, não eram a mesma coisa, mantendo áreas de tensão entre si.” (GOMES, 2002: 8).

<sup>5</sup> *Relatório Reservado*, Dossiê DEOPS, 50.Z.09, documento nº 200, 26/01/1953.

fontes dizem que Carlos Lacerda teria fundado o clube em agosto de 1953 no Rio de Janeiro, e que tinha como objetivo primordial combater o governo Vargas. (DELGADO, 2006: 64/102).

Em documento reservado do Serviço Secreto de 26 de janeiro de 1953, o censor informa que a *Cruzada Nacional contra o Comunismo* tinha apoio de renomados generais das Forças Armadas entre eles: general Canrobert, Juarez Távora e Cordeiro de Farias, e que o almirante Penna Botto fizera graves acusações contra funcionários públicos titulares de importantes cargos nos diversos ministérios e que teriam cooperado com o Partido Comunista.<sup>6</sup> O censor comenta ainda que tanto Getúlio Vargas como os “chefões do PTB” não viam com bons olhos esse movimento.

[...] os maiores do petebismo estão firmemente convencidos de que uma vigorosa campanha anticomunista, seguida de um expurgo do funcionalismo federal, tornará o governo, ou melhor o Dr. Getúlio, impopular. Conseqüentemente o Almirante e a sua cruzada são combatidos pelos petebistas mais chegados ao presidente da república.<sup>7</sup>

Conforme a historiografia já aponta, o ano de 1953 foi marcado por uma crescente tensão política e social e dificuldades inesperadas para o governo Vargas. Em janeiro daquele ano o Brasil sentiu imediatamente os reflexos da mudança nas políticas estadunidenses em relação ao Brasil nas quais, até então, Getúlio havia apostado para obter financiamentos para a implantação de indústrias de base. Entretanto, os planos de cooperação econômica foram praticamente abandonados pelo governo do presidente Dwight Eisenhower. Em vez disso, a política para a América Latina, conduzida pelo secretário de Estado John Foster Dulles, caracterizou-se pelo reforço do anticomunismo e pelo combate aos movimentos de cunho mais nacionalista, plataformas políticas que o governo Vargas não abraçava naquele momento devido à necessidade que se impunha de se fortalecer internamente com apoio dos movimentos sindicais e dos trabalhadores em geral.

Sequer medidas restritivas às reivindicações populares, como a “Lei sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social”, editada em janeiro de 1953 visando a “segurança nacional”, pela qual eram passíveis de punição aqueles que convocavam ou realizavam comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela polícia, colocou-o como uma pessoa de confiança

---

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Ibidem.

para o governo norte-americano, a que se somava a desconfiança do empresário com as “concessões” deste governo às reivindicações dos trabalhadores. De fato estes, com a inflação e, conseqüentemente, a elevação acelerada do custo de vida tiveram motivos suficientes para não permanecerem na imobilidade a que haviam sido obrigadas no longo período bonapartista recém distendido. Em janeiro de 1953, irrompeu no Rio a primeira de uma série de greves de trabalhadores: os operários têxteis exigiram um aumento salarial de 60%. Com a mediação do governo, conseguiram 42% de aumento. De imediato, as associações empresariais comerciais e industriais manifestaram sua preocupação com a política econômica e a liberdade de ação concedida aos sindicatos.

Assim, apesar dessa dualidade de posições do governo, as concessões salariais que, por um lado, expressavam a aproximação com os trabalhadores para garantir a sustentabilidade do seu governo, reforçado pela presença do trabalhista João Goulart; por outro, punham de guarda a débil burguesia que manifestavam sua face mais conservadora, fazendo coro com os boatos sobre sua aproximação com os comunistas.

As Forças Armadas, por sua vez, concluíam que o seu anti-getulismo não era em vão, pois a aproximação com a classe operária representava sempre um perigo de infiltração comunista na nação. Apesar de Getúlio ser também um representante da ordem liberal, seu conservadorismo não mais se coadunava com os interesses das classes dominantes, que tendiam cada vez mais a apregoar medidas mais radicais que só poderiam ser, segundo tal lógica, capitaneada pelos militares.

Na medida em que as contradições se aguçavam, os informes sobre os boatos começam a “ganhar corpo”, revelando a movimentação tanto dos militares, quanto desses segmentos da burguesia, para um efetivo “golpe”, o que é relatado e, pelo teor do relatório, apoiado, pelos agentes do sistema de vigilância, em 1954:

Confirmando meus relatórios anteriores, tornou-se público o movimento militar contra o movimento de infiltração sindicalista “jangujista”, com os objetivos já conhecidos pela nação. O manifesto do exército, segundo consegui apurar é um protesto advertência contra o golpe em perspectiva onde os coronéis afirmaram que o Exército Nacional a exemplo de 29 de outubro, hoje mais unido que nunca, estará de prontidão contra qualquer golpe, parta donde partir.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Ibidem, documento nº 228, 19/02/1954.

Aproveitando o clima golpista, nada melhor do que associar a defesa da nação à defesa dos interesses corporativos, já que, o manifesto a que se refere o censor conhecido como o *Manifesto dos Coronéis*, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes- coronéis e dirigido em fevereiro de 1954 à alta hierarquia militar, era um protesto contra a exigüidade dos recursos destinados ao Exército e a proposta governamental de elevação do salário mínimo dos operários em 100%. O redator do manifesto fora o tenente-coronel Golbery de Couto e Silva membro da *Cruzada Democrática*, ambos ferrenhos adversários de Getúlio Vargas e de sua política de aproximação com o sindicalismo. Esse documento teve grande repercussão e contribuiu decisivamente para a demissão, tanto do ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, quanto o do Trabalho, João Goulart, além de gerar outro documento, um memorial de apoio dos militares a Getúlio.

Embora o Manifesto não propusesse qualquer medida radical, ao ser publicado na Tribuna da Imprensa, o editor deste jornal coloca “lenha na fogueira” em favor da instabilidade constitucional em curso, fazendo preleções, juntamente com a União Democrática Nacional (UDN), a favor de um golpe que afastasse Getúlio do poder. O jornalista associava tais manifestações à dubiedade de Vargas que, segundo ele, além de não resolver as contendas, nem de controlar as Forças Armadas, ainda facilitaria a infiltração de ideologias estranhas à nação. Segundo suas declarações,

[o] clima de negociatas, que envolve o país e até mesmo o exército, exige que se oponham sólidas barreiras, que lhe detenham o transbordamento dentro das classes armadas, cujo padrão de honestidade e decoro administrativo, só se poderá manter se, além de rigorosas normas de administração e controle, vigorar alerta um espírito coletivo de decidida contenção e repulsa contra quaisquer desmandos – afirma a certa altura o Memorial dos Coronéis, do qual publicamos os pontos principais. [...] é necessário um testemunho público da firme decisão de solucionar os problemas nacionais [...] a preparação do exército tem evoluído, ameaçando a segurança nacional [...] é necessário robustecer a classe contra tendências desagregadoras e a ameaça de infiltração de ideologias antidemocráticas ou do espírito de partidarismo político.<sup>9</sup>

Observa-se assim o quanto as forças dominantes, tanto civis quanto militares, se põem em alerta por causa da vigência da institucionalidade constitucional e nesta guarda, qualquer manifestação ou circunstância é

---

<sup>9</sup> Recorte do jornal *Tribuna da Imprensa*, 24/02/1954, anexo ao Relatório Reservado, Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 230.

considerada um fator de ameaça à sua dominação, fazendo-se necessário articular-se em defesa dos seus interesses. Conforme já analisava um repórter em 1954, em relação à presença dos militares no cenário nacional.

Quem quiser estudar nossa História, basta apenas acompanhar as “questões militares”. Todos os outros problemas são corolários dessas “questões”. Assim foi no Império. Sobre uma “questão militar” erigiuse a República. Outra “questão militar” (prisão de Hermes) gerou o tenentismo e, em consequência a Revolução de 1930. O Estado Novo foi, sobretudo um problema militar, assim como a sua queda, o “29 de outubro”. Agora, o Memorial dos Coronéis com suas poderosas e bem armadas 82 assinaturas está dando o que pensar.<sup>10</sup>

Aproveitando o clima e também contribuindo para acirrar a contraditória institucionalidade constitucional, são encaminhados, novamente, projetos de lei que definem novas medidas restritivas, agora às liberdades de representação, como, por exemplo, a proposta apresentada em 1954, por um senador, Dário Cardoso, que visava impedir o registro de candidatos suspeitos de pertencerem a partidos políticos “ilegais”. As objeções ao projeto feitas em plenário e suas denúncias sobre a vinculação destes cerceamentos aos interesses norte americanos, foram todas anotadas pelos censores infiltrados na Assembléia, com a devida observação que as mobilizações populares contra a proposta consistiam em uma demonstração da articulação do PCB com os operários.<sup>11</sup>

Assim, concluía o censor apoiando-se nas palavras de um deputado, “o clima (era) revolucionário, aliás, profundamente revolucionário”, pois se de um lado ele detectava que “uma grande maioria dos oficiais e generais (...) (estavam) ao lado dos imperialistas e contra os comunistas”, por outro, havia os que se posicionavam “contra a camarilha de Getulio Vargas e contra o grupo de generais partidários do acordo militar Brasil-EE.UU.”, os quais, ainda segundo afirmava o deputado e com o que ele concordava, “prepara(m) um golpe”.<sup>12</sup>

Observa-se que, para cada um desses interlocutores e até mesmo para os integrantes do tão citado e vigiado Partido Comunista,<sup>13</sup> as movimentações sociais levavam a um “clima de guerra” e de fato, “golpes brancos” já estavam

---

<sup>10</sup> Recorte do jornal *Diário da Noite*, 21/05/1954, anexo ao “Relatório Reservado” Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 246

<sup>11</sup> *Relatório nº 470*, 24/06/1954, do S.O.G.. Relatório Reservado, Dossiê DEOPS 50.Z.09 documento nº 252, p. 2.

<sup>12</sup> *Relatório nº 470*, 24/06/1954, S.O.G. Relatório Reservado, Dossiê DEOPS, 50.Z.09, documento nº 252, pp. 2 e 3.

<sup>13</sup> *Ibidem*. Encontra-se neste documento a descrição da tentativa deste partido de lançar uma nova frente ampla em defesa da democracia.

sendo aplicados no Congresso e na Câmara Federal, através de pressões das bancadas conservadoras para ampliar as já vigentes restrições às liberdades liberais. O maior exemplo disto é o pedido de *impeachment* à Getúlio, encetada pela coligação Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR) e Partido Democrata Cristão (PDC), liderada pela União Democrática Nacional (UDN), em 1954 e na qual já figura como um dos mentores, o antigo varguista e ex tenentista, brigadeiro Eduardo Gomes<sup>14</sup>.

Por outro lado, observa-se o crescimento do movimento operário que recrudescer após a ditadura varguista, ante a falta de cumprimento das leis trabalhistas, a continuidade do cerceamento à liberdades de organização e expressão, e principalmente a corrosão salarial frente a inflação. Quando nesse mesmo ano o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade do aumento do salário mínimo, alegando que muitos empregadores não poderiam arcar com os seus custos, explodiram movimentos grevistas e ameaças de greve por todo o país. Essa reação pareceu à UDN confirmar suas previsões de que Getúlio orquestrava um novo golpe ditatorial:

A pretexto da concessão de um salário mínimo, que ninguém honestamente se lembraria de negar, mas que deve ser fixado com justiça e alta equidade, a luta de classes está sendo preparada e vai ser desfechada pelo Sr. presidente da República. O momento, que ninguém se iluda, é pré-revolucionário e a revolução está sendo dirigida pelo Catete.<sup>15</sup>

Na seqüência, o conhecido episódio envolvendo um possível atentado a Carlos Lacerda em agosto de 54, consolidou, para essa lógica, os motivos para o golpe, resultando na articulação desses setores dominantes da burguesia que, respaldados pelas Forças Armadas unificadas, pedem a saída do presidente. Assim, o golpe bonapartista<sup>16</sup> se configura mais uma vez, com os militares assumindo a condução das estratégias e do anúncio à nação:

---

<sup>14</sup> O ex tenentista Eduardo Gomes, vinculado à aeronáutica, integrara a Coluna Prestes, participara do governo Vargas e na sequência integrou-se à UDN, pela qual se candidatou ao pleito de 1945, no qual saiu vencedor Dutra. Perde novamente para Getúlio em 1950 e passa a articular-se contra este a partir de 1954 e posteriormente será um dos conspiradores do golpe militar de 1964.

<sup>15</sup> Disponível em < [http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/5458\\_50.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_50.asp) > acesso em 06/03/2009.

<sup>16</sup> José Chasin aponta para o caráter *bonapartista do Estado* que revela possuir, à semelhança do que foi Marx quando analisa o golpe militar na França de Luís Bonaparte, em 1851. Assim como lá, observa Chasin que, a incapacidade da burguesia de assegurar sua dominação em relação aos trabalhadores no terreno democrático, a impele a alianças com as Forças Armadas, colocando em prática formas de violência que se traduzem, principalmente, no terrorismo de Estado, instituído como novas condições de existência para o metabolismo social.

Os abaixo-assinados, oficiais-generais do Exército, conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a Nação, honrando compromissos públicos e livremente assumidos, e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, em consciência, como melhor caminho para tranqüilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual presidente da República, processando-se a sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais. (NOVAES, 1983: 305).

Diante disso, neste clima de perda de apoio político ou, melhor, militar, ocorre a fragilização da fração das Forças Armadas que davam sustentação à ditadura varguista, conforme afirma José Murilo de Carvalho,

A organização militar que se alterava profundamente na estrutura, na ideologia e no poder político por força do próprio acordo com Vargas, mostrou-se incompatível com a reorientação ideológica e política do presidente. Incompatível, sobretudo, com a tentativa de mobilizar novo ator político, o operariado. A partir daí, a luta foi sem trégua. A morte de Vargas em 1954 não pôs fim ao conflito, pois se passou então a combater sua herança política, ou seu fantasma que se diziam encarnados em Juscelino Kubitschek e João Goulart. Em 1964, travou-se a batalha final que deu a vitória à facção militar anti Vargas e a seus aliados civis, abrindo-se novo ciclo político na história do país. (CARVALHO, 2005: 102).

Tal certo assim que o desaparecimento de Vargas do cenário político não cessou o anti-getulismo que já tomara o mesmo significado de anticomunismo, pois o problema não era Getúlio, propriamente dito, mas sim, a abertura para a vigência da institucionalidade constitucional que a autocracia não conseguia suportar. Pois esta permitia a veiculação de idéias para o desenvolvimento nacional que, mesmo que não propusessem a ruptura com o capitalismo, colocavam sugestões que poderiam por em risco a restrita correlação de forças que os sustentava no poder e na condução da política econômica e social para o país.<sup>17</sup>

### **Os ensaios da passagem da autocracia institucional para a autocracia bonapartista: agentes da DOPS, militares, políticos, empresários e o FBI.**

Após a queda do *Estado Novo*, a distensão no poder político que possibilitava a ampliação das manifestações e da expressão de opiniões sobre a

---

<sup>17</sup> Conforme Ivan Cotrin, recuperando Chasin: “de forma sumária, temos que a autocracia burguesa institucionalizada é a forma de dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o bonapartismo é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de guerra’. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a nossa história republicana evidencia” (CHASIN, 2000: 128); “o que expõe com clareza a impossibilidade democrática dessa burguesia” (COTRIM, 2004: 32. Apud. VIEIRA, 2009: 13).

coisa pública, colocava os grupos mais conservadores, tanto entre os empresários, quanto entre os militares, quanto entre intelectuais e integrantes do “poder público”, em prontidão, transformando seus receios de perda do controle político e social em articulações com grupos que tinham uma aproximação ideológica similar que defendessem aquele *status quo* contra qualquer reivindicação de mudança política.

A principal evidência destes movimentos está no surgimento ou fortalecimento de grupos cuja ideologia se expressa claramente na documentação apreendida pelos censores de plantão, que, com isto, mapeiam a correlação de forças que configura o movimento pendular que ocorre neste período entre os que defendem a institucionalidade constitucional e os que consideram necessário um golpe de contornos bonapartistas.

Assim, observa-se a formação, de um lado dos que apoiavam a medida interventora dos militares na política, como os integrantes do *Clube da Lanterna*, os da *Cruzada Democrática*, os do *Movimento de Recuperação Nacional* (MRN) e a *Frente Militar Revolucionária* (FMR). De outro lado, os defensores da legalidade constitucional, cujos integrantes das Forças Armadas, como os oficiais do exército e os praças das três forças lançam em 1.955, um manifesto em torno de 3.000 assinaturas endereçadas ao presidente do Clube Militar. Tais defensores estavam em parte concentrados no *Movimento Militar Constitucionalista* (MMC) e enfrentavam o dilema da defesa da Constituição e os riscos que isto poderia trazer para a manutenção da ordem política e econômica nos moldes autocráticos vigentes.

O Serviço Secreto acompanhava de perto essa polêmica em torno da intervenção militar ou da legalidade constitucional, particularmente ante o resultado do pleito de outubro de 1955. É através desta vigilância que tal correlação de forças pode ser recuperada em detalhes e que nos permitiu identificar o ideário que justificava as articulações golpistas que fracassaram por suas distensões tanto internas quanto entre os segmentos da própria burguesia.

Dentre o material coletado selecionamos duas articulações que, pela importância institucional de seus integrantes e pela visibilidade que adquirem no cenário público, tinham o poder de interferir de forma mais direta na dinâmica sócio-política e econômica no período.

O Manifesto do Clube Militar, anexado ao dossiê do agente da DOPS, se

coloca contra um golpe militar que truncasse o processo eleitoral em curso, reafirmava sua defesa da Constituição e afirmava que cabia às

Forças Armadas assegurar a livre realização do pleito de 3 de outubro próximo, bem como a posse dos candidatos escolhidos pelo povo e que “qualquer tentativa de envolvimento da classe militar no sentido de comprometê-la numa solução extralegal dos problemas brasileiros merece repulsa total e imediata.”<sup>18</sup>

Observa-se assim o quanto a possibilidade da eleição de um governo civil que desse continuidade ao getulismo/trabalhista, propiciaria um golpe bonapartista para impedir que Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, saísse candidato pela aliança PSD-PTB, com a agravante aproximação de Goulart com os sindicalistas e de quebra, talvez, com os comunistas que tinham a ousadia de propor, conforme registra o censor,

[...] tirar o máximo proveito da luta entre as facções burguesas [...] (defender) os postulados nacionalistas e o respeito à constituição [...] [incentivar] a luta contra os reacionários burgueses, contra os generais fascistas e procurar [...] explorar a divisão das classes armadas com um auspicioso passo a frente na campanha de libertação nacional.<sup>19</sup>

O manifesto do Clube Militar foi amplamente divulgado pela imprensa e, no mesmo dia, a figura “demolidora” de Carlos Lacerda, ativo defensor da necessidade de um golpe, tentava desqualificar sua importância, começando pela contestação do número de assinaturas. Argumentava ele que nem no Clube Militar havia consenso, que a notícia havia sido

[...] espalhada pelos partidários dos srs Juscelino Kubitschek e João Goulart, que o manifesto era “uma demonstração de fraqueza desse grupo liderado por alguns oficiais de tendência comunista o que aumentava a confusão”, evoluindo a crise para as perspectivas mais desfavoráveis ainda ao regime, que claudica, mal sustentado nos seus poderes.<sup>20</sup>

Na mesma ocasião inúmeros panfletos foram distribuídos, revelando-se através dos exemplares apreendidos pelos censores, as correlações de forças em torno das mobilizações sobre o pleito. Alguns eram ofensivos às Força Armadas e, após terem comprovado que não haviam sido elaborados pelo Partido Comunista, os censores os atribuem a políticos interessados em desestabilizar o

---

<sup>18</sup> Recorte do jornal, *Correio Paulistano*, 26/08/1955, anexo ao *Relatório Reservado*, Dossiê DEOPS, 50.Z.09 documento nº 291,

<sup>19</sup> Tópico do *Boletim Reservado* da DOPS de Minas Gerais, datado de fevereiro de 1955. Relatório Reservado, Dossiê DEOPS 50.Z.09 , documento nº 279.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

governo de JK e Jango.<sup>21</sup> Outros eram de fato, do Partido Comunista e conclamavam a população à elegerem o presidente, seu vice e deputados vinculados a esta organização.

COMPATRIOTA. Faltam 27 dias para você, eleitor, eleger com seu voto consciente Juscelino, Jango, Lucio e José Raimundo.<sup>22</sup> Compareça as urnas certo de que elegerá os candidatos anti golpistas, certo de que eles serão empossados, porque ninguém se atreverá a dar o golpe. Os generais estão de pés e mãos quebradas anti o pronunciamento patriótico, e decisivo dos oficiais da 7ª Região<sup>23</sup>. Desta vez, a política de Washington fracassou, e os generais se acovardaram diante da ameaça do povo.<sup>24</sup>

Mas a defesa da institucionalidade constitucional naquele momento foi encetada mesmo pelo Movimento Militar Constitucionalista (MMC) e em dado momento observa-se que agentes a serviço deste movimento passam a infiltrar-se nas hostes dos movimentos golpistas, na cúpula da UDN através da vigilância de Carlos Lacerda como também nas reuniões do *Clube da Lanterna*, a fim de coletar informações e monitorar as articulações militares contra a posse de JK e Jango. Através desses relatórios a cúpula do MMC elabora comunicados, com uma enorme riqueza de informações na tentativa de angariar cada vez mais, no seio das tropas, novos simpatizantes à sua causa.

Assim tanto no acervo da DOPS-SP como também do deputado Augusto do Amaral Peixoto encontramos documentos pertencentes a estes movimentos militares. Vejamos inicialmente como estes se pronunciam em relação à conjuntura, mapeando os integrantes, tanto os da sociedade civil quanto no interior das Forças Armadas. A começar pelos objetivos deste movimento que, conforme boletim recuperado naquele segundo acervo (do deputado Augusto do Amaral Peixoto),<sup>25</sup> nascera para impedir a realização de um golpe anticonstitucionalidade ante um quadro que

[...] se resume no seguinte: desde que a eventualidade de uma solução

---

<sup>21</sup> Informação reservada datada de 15/09/1955, *Relatório Reservado*, Dossiê DEOPS, 50.Z.09, documento nº 294

<sup>22</sup> José Raimundo e Lucio Bittencourt candidatos a vice-governador e deputado federal, respectivamente, pelo PTB de Minas Gerais.

<sup>23</sup> O panfleto se refere aos 300 oficiais que assinaram o manifesto antigolpe do Clube Militar. Carlos Lacerda contesta tal informação, afirmando que entre oficiais da ativa e reformados somente 50 assinaram o referido documento, conforme *Relatório Reservado*, Dossiê DEOPS, 50.Z.09, documento nº 291.

<sup>24</sup> Panfleto anexado ao *Relatório Reservado*, Dossiê DEOPS, 50.Z.09 documento nº 294-A.

<sup>25</sup> O uso deste acervo documental do deputado Augusto do Amaral Peixoto sobre os boletins do MMC é um reforço ao entendimento desse movimento militar tão vigiado pelos agentes do Serviço Secreto da DOPS-SP.

extra-legal [golpe] passou a ser encarada, surgiu para combatê-lo, um movimento radicado, inicialmente, no seio do exército. Tal movimento, conhecido como Movimento Militar Constitucionalista (MMC), à princípio uniu e congregou em torno de alguns dos mais prestigiosos chefes militares, vários oficiais do exército, começando a tomar vulto e crescendo rápida e avassaladoramente.<sup>26</sup>

Rapidamente, conforme este mesmo boletim, se articula em torno desta organização um grande número de oficiais e representantes civis aglutinados ou não em partidos, transformando o MMC em uma

[...] poderosa força organizada, que hoje reúne a grande maioria do exército e valiosas e substanciais partes da marinha e da aeronáutica, prontas para entrar em ação quando e onde se tornar necessário. Além da componente militar (cuja parcela principal compreende elementos de força) ampliou-se e englobou em seu conjunto todas as demais forças reais e positivas do país, compreendendo elementos de todas as classes, partidos políticos e outros, o que lhe garante forte apoio, receptividade notável e a indispensável cobertura civil, que o torna, realmente, um Movimento de todas as forças vivas da nação.<sup>27</sup>

Observa-se ainda que rapidamente montam uma estrutura que perpassa toda a hierarquia das Forças Armadas e da sociedade civil, que se estende por todo o país.

Um Comando Central, cujo elemento principal é um Estado Maior de tipo operacional. Um conjunto de Comandos Regionais, com seus EM e Forças (do exército e polícias militares estaduais). Um conjunto de Comandos da Marinha e Aeronáutica, que operam em ligação com o Comando Central e Comandos Regionais. As ligações e articulações da Componente Militar com as forças civis são estabelecidas e mantidas por intermédio dos Estados Maiores do Comando Central (no Rio) e Regionais (nas demais guarnições).<sup>28</sup>

Definem ainda uma verdadeira operação de guerra, constituindo um sistema que atuaria em quatro grandes linhas de frente: uma articulando os generais das três Forças Armadas procurando unificar suas posições e arregimentando a oficialidade em geral, a outra atuando junto ao Congresso se destinava “a esclarecer, orientar e manter contato permanente com os congressistas”, juntamente com a linha do governo, ou seja, no executivo e, finalmente, a linha da Imprensa encarregada de “exercer uma atuação segura e permanente junto aos elementos mais prestigiosos da imprensa falada e escrita para obter o máximo rendimento da poderosa força que ela representa”.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Arquivo pessoal do deputado Augusto do Amaral Peixoto (AAP), 55.09.10, MMC, Fundação Getúlio Vargas-Centro de Pesquisa e Documentação (FGV-CPDOC), *Boletim de informações n° 11 do MMC*, setembro de 1954.

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Ibidem

Conforme informam os integrantes do MMC, seguindo este planejamento cuidadosamente elaborado e as estratégias adotadas,

[...] permitiram constituir um poderoso sistema que manobra uma Força Operativa de tal vulto, que é, com acentuado orgulho, que podemos proclamar hoje aos nossos companheiros: se, até o presente momento o atual regime legal foi mantido e respeitado, e o apregoado golpe não foi desfechado, isto se deve exclusivamente à ação do sistema operacional do nosso Movimento Militar Constitucionalista.<sup>30</sup>

A preocupação principal dos integrantes do MMC era a de contrapor-se aos golpistas porque, além da movimentação da caserna, pululavam nos jornais acusações de fraude eleitoral em estados como Minas Gerais, Maranhão, Espírito Santo e do Rio de Janeiro, assim como boatos de adesão e mesmo compra de votos comunistas, além da velha associação de Goulart a Getúlio através de notícias sobre articulações do vice com o líder argentino Juan Domingues Perón. Tudo isto, temiam eles, poderia levar o poder judiciário a manifestar-se contra a posse de Juscelino e Jango e, para garanti-los, estes não se furtavam a desencadear também, uma reação armada para o total êxito da campanha.<sup>31</sup>

Particularmente porque o espectro golpista advinha da articulação entre a cúpula militar e a UDN e a importância desses dois segmentos era motivo para que se ficasse alerta ante as manobras, algumas das quais revitalizavam táticas que no passado haviam surtido muito efeito, como, por exemplo, reeditar um “Plano Cohem 2” que se iniciaria com um boato sobre roubo de armas e munições de um depósito do exército associado a notícias sobre a articulação dos comunistas, assim como divulgar informações falsas sobre ações policiais. Conforme informa o integrante do MMC sobre estas articulações:

Vencida a questão da cédula única, que, de modo algum satisfaz o bloco udeno-corono-golpista, pois, segundo eles não é capaz de evitar a “fraude” e a “corrupção”, apesar das afirmativas em contrário, particularmente, dos magistrados, passou o citado bloco a “operar” outros pretextos. Assim, as teses do parlamentarismo e da maioria absoluta foram agitadas, sem sucesso. Entra agora em cena o colegiado, para o qual, os prognósticos não são bons. Mas é bom pretexto, e, por isso, vai ser explorado. Pretexto, todavia, melhor, por servir diretamente ao golpe, é o propalado acordo do PSD-PTB com o comunismo. O MNPT<sup>32</sup> é encarado como antena ostensiva do PCB, e, dado o apoio que dá aos senhores Juscelino e Jango, serve, sob medida, à exploração. Todos sabemos que o comunismo é o ponto chave e último recurso para se tentar a formação de um quadro

---

<sup>30</sup> Ibidem

<sup>31</sup> AAP, 55.09.10, MMC, FGV-CPDOC, *Comunicado contra o MMC*, sem data e autoria.

<sup>32</sup> Ligado ao PTB

propício do golpe de Estado. Foi assim em 37 (Plano Cohen); assim será tentado agora (Plano Cohen nº2, modelo 1955, em preparação). Nos últimos dias um roubo de armas e munições em depósito do exército, está sendo desviado, de fato meramente policial e até comuns, para servir a finalidades políticas.<sup>33</sup>

Udeno-corono-golpistas era uma referência aos udenistas, aos coronéis do Manifesto e ao alto escalão das Forças Armadas, no caso, os *sorbonistas*, e, para acompanhar suas ações, consideravam os integrantes do MMC, que era necessário infiltrar pessoas em seus espaços de reuniões. Como é o caso do capitão Expedito do Comando Geral da Polícia, infiltrado no *Clube da Lanterna*, a serviço do MMC,

O Capitão Expedito, da polícia militar, não faz parte do gabinete do chefe de polícia. Trabalha diretamente com o comandante geral da polícia militar, sendo simpatizante J.J. [Juscelino-Jango]. [...] O capitão Expedito, está metido no “Clube da Lanterna” como infiltração, isto é, colhe informações a respeito das atividades do referido Clube.<sup>34</sup>

O referido capitão Expedito trazia informações bastante relevantes sobre os lanternistas, principalmente sobre seu mentor Carlos Lacerda e sobre as articulações para contestar a legalidade do pleito presidencial e engendrar sua anulação:

Na sexta feira passada, numa reunião que houve entre Carlos de Lacerda, correligionários do *Clube da Lanterna* e deputados da bancada da UDN, ficou assentado, por pedido de Carlos de Lacerda para que se fizesse um apelo ao “Peixe Espada” [(Gen. Juarez Távora)], para tomar providências no sentido de que todos os Estados, por intermédio de seus representantes, vereadores, deputados e senadores, façam solicitações ao Superior Tribunal Eleitoral, em favor da anulação do pleito realizado em 3 de outubro último, dando como motivo os votos dos comunistas.<sup>35</sup>

Lacerda, segundo este relato, propõe a prorrogação da diplomação dos candidatos por um período de 90 dias e, neste sentido, previam desencadear uma intensa propaganda junto à opinião pública e, assim, ganhariam tempo para melhor articular o conjunto dos segmentos dominantes.<sup>36</sup>

Os divulgadores do golpe atuavam nos principais meios de comunicação de massa da década de 50 e, neste sentido, contavam com o apoio de um Assis Chateaubriand, de Roberto Marinho e do próprio Carlos Lacerda, então proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*. A estratégia seria a de difamar os

<sup>33</sup> AAP, 55.09.10, MMC, FGV-CPDOC, *Comunicado do MMC*, 28/10/1955.

<sup>34</sup> Ibidem.

<sup>35</sup> AAP, 55.09.10, MMC, FGV-CPDOC, *Comunicado do MMC*, 31/10/1955.

<sup>36</sup> Ibidem.

que estavam a favor da legalidade constitucional associando-os ao comunismo.

Nos comunicados que os agentes vinculados ao MMC vão produzindo, destaca-se muito a figura do jornalista e deputado Carlos Lacerda, particularmente no que diz respeito à divulgação de informações que sustentassem a opinião pública a favor do golpe. No documento já citado acima na nota 31, relata o vigilante que Roberto Marinho, proprietário dos meios de comunicação televisiva, fazia parceria com Lacerda na divulgação do inquérito Brandi<sup>37</sup> e na defesa aberta de um golpe militar caso não houvesse impedimento à posse de Juscelino e Jango na presidência da república, inclusive intercedendo junto ao então presidente Café Filho no sentido deste somar forças para impedir a posse de Juscelino.<sup>38</sup>

Carlos de Lacerda esteve ontem aqui no Rio, de manhã, ao regressar de Petrópolis, indo para o sítio do Dr. Roberto Marinho, em São Pedro da Aldeia, próximo de Araruama, Estado do RJ, a fim de aguardar a divulgação do Inquérito Brandi. [...] Carlos de Lacerda declarou numa roda de amigos íntimos que havendo fracasso dos planos da UDN sobre a posse da chapa J.J., será articulado um golpe para provocar a renúncia do presidente Café Filho, devendo ser formada uma Junta Governativa sob a presidência do Peixe Espada [Gen. Juarez Távora].<sup>39</sup>

A articulação necessitava também, conforme estes comunicados, ter certeza sobre o posicionamento ideológico dos integrantes dos governos estaduais, o que poderia, segundo Lacerda, ser obtido com uma jogada política capaz de evidenciar os que não se opunham ao Partido Comunista, ou seja, se algum deputado de peso, no caso o líder da bancada da UDN em Minas Gerais, por exemplo, Fabrício Soares, se pronunciasse em favor da legalidade do PCB, seria possível elucidar-se quem era a favor ou não do referido partido, pelas posições que adotassem.<sup>40</sup>

Para coroar esta emaranhada correlação de forças que se manifestava através dos diferentes sujeitos sociais em tela, observa-se também a presença dos que protegem os interesses do capital norte-americano que se confunde, neste caso, com a política da Guerra Fria liderada pelos Estados Unidos. Refiro-me às notícias sobre a presença de agentes da Agência Federal de Investigações

---

<sup>37</sup> A falsa carta publicada por Carlos Lacerda em agosto de 1953 e que ficou conhecida como Carta Brandi, denunciava uma articulação de Goulart com Perón para a implantação de uma república sindicalista no país.

<sup>38</sup> AAP, 55.09.10, MMC, FGV-CPDOC, *Comunicado do MMC*, 03/11/1955.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

(FBI), o braço investigativo do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, seu apoio a Lacerda e suas atividades policiais aqui no Brasil e nos outros países latino americanos.

O detetive Borér, é o representante do FBI no Brasil, tem contacto semanal com um agente americano, encontrando-se na própria polícia militar. [...] O FBI tem no Brasil, agindo aqui do DF, 3 agentes americanos, 2 russos, 2 ingleses e 2 argentinos; as informações destes agentes são transmitidas nas fronteiras do Rio Grande do Sul e Território do Rio Branco. Estão hospedados em luxuosos hotéis de Copacabana como turistas. [...] Um dos agentes do FBI que faz a cobertura de Carlos de Lacerda é também agente de ligação com os países da América do Sul, chama-se Stefam Baciú, é de nacionalidade romena, foi criminoso de guerra e se intitula redator da "Tribuna da Imprensa". É pago pela embaixada norte-americana.<sup>41</sup>

A preocupação dessa rede de espionagem no país e que se estendia a outros países latino-americanos não era somente com a ameaça do comunismo. O monitoramento de tais agentes na consolidação de nossa política anticomunista visava também a defesa de interesses multinacionais na perspectiva do capital monopolista dependente. Aqui, no caso, a Standart Oil Company, a gigante petrolífera do grupo americano Rockefeller, que além de bancar as despesas com esses agentes da inteligência americana, financiava também as campanhas eleitorais de candidatos afinados com a introdução do capital multinacional no Brasil, como o general Juarez Távora, fiel representante desses interesses na cúpula do Alto Comando Militar e na sua plataforma política no pleito presidencial de 1955, como também o deputado Carlos Lacerda, fiel representante da imprensa a favor da presença norte-americana no país:

Carlos de Lacerda conta com o apoio da Standart Oil que deseja salvar o vultoso capital empregado na campanha do Gen Juarez Távora e despesas também com o próprio Carlos de Lacerda que vem sendo custeada pela mesma empresa. [...] A Standart Oil<sup>42</sup> dá à secção trabalhista da DOPS, uma determinada importância em dinheiro para custear as despesas com o pessoal da polícia que faz a cobertura de Carlos de Lacerda.<sup>43</sup>

Denuncia o comunicado do agente do MMC que Carlos Lacerda recebera

---

<sup>41</sup> AAP, 55.09.10, MMC, FGV-CPDOC, *Comunicado do MMC*, 28/10/1955.

<sup>42</sup> A Standart Oil, fundada pelo magnata John Davison Rockefeller, instalou-se no Brasil desde 1895 e em 1912 era a distribuidora de gasolina e querosene em latas e tambores no país e nesta condição continua nas décadas seguintes, mesmo com a instalação das bombas de gasolina. A política estatista de Getúlio, a partir de 1938, garante ao Estado a propriedade das reservas de petróleo do subsolo nacional e das refinarias, mas os prejuízos da empresa só se iniciam a partir da década de 50 com a criação da Petrobrás, após a campanha "O petróleo é nosso", que mobilizou a população em comícios e manifestações a favor do monopólio da Petrobrás.

<sup>43</sup> AAP, 55.09.10, MMC, FGV-CPDOC, *Comunicado do MMC*, 28/10/1955.

suborno da Standart Oil assim como outras personalidades públicas como João Neves da Fontoura, na época jornalista do *O Globo*:<sup>44</sup>

Carlos de Lacerda foi chamado pela Standart Oil que colocou a sua disposição a “Caixinha” para que o mesmo procurasse se entender com o Dr. João Neves da Fontoura, a fim de articular novos aumentos de seus produtos, visando principalmente a gasolina.<sup>45</sup>

O cartel petrolífero americano inaugurou um evento econômico central da dinâmica econômica do século XX: instituições lideradas por um número restrito de firmas privadas que regulam o crescimento industrial em escala mundial. Tal política utilizou-se de várias táticas e dentre elas se destacam as ações da Standart Oil que, além de financiar políticos, ajudar os serviços de repressão e vigilância, ao longo da década de 40 e 50, transformou o principal noticiário do Brasil em seu verdadeiro porta voz. Refiro-me ao *Repórter Esso*, que só saiu do ar em 1968.

Evidencia-se assim que as propostas de manutenção do *status quo* nada mais eram do que a expressão da forma autocrática da burguesia, sempre aliada às Forças Armadas para fazer valer seus interesses e privilégios de classe na lógica do capitalismo monopolista. Nessa perspectiva não é de surpreender que um deputado naquele período viesse a público defender uma “ditadura de terror”, mesmo que este deputado fosse o conhecido Carlos Lacerda.

Diz Carlos de Lacerda: “estamos fracassados, mas não percamos as esperanças, vamos tentar novos golpes; os recursos da UDN contra as eleições, em si, representam uma tentativa de golpes contra a constituição; para que possamos legalizar uma ditadura de terror, teremos que lutar de qualquer jeito contra a maioria absoluta, bem como a nulidade das eleições; o nosso objetivo é que o país volte a ditadura.”[...] Houve um aparteante que perguntou a Carlos de Lacerda: “e se os Srs. Juscelino e Jango nos procurasse?”, recebeu a seguinte resposta: “não interessa, o que nós queremos é ser Professor e com boas Pastas”.<sup>46</sup>

Lacerda e o então governador de São Paulo, Jânio Quadros, buscaram ainda, mas sem sucesso, a adesão do general Juarez Távora. Ante a evidência de que não seria possível, naquele momento, articular todos os segmentos dominantes, nem entre os civis, nem entre os militares, para impedir a posse de

---

<sup>44</sup> Advogado de carreira política desde a década de 20, participou do Movimento Tenentista em 1924 e ocupou vários cargos políticos durante os governos de Getúlio Vargas. Na qualidade de Ministro das Relações Exteriores (1951-1953) implantou uma política de irrestrito alinhamento externo aos Estados Unidos. Na segunda metade da década de 50 limitou sua atuação política aos artigos escritos para o jornal *O Globo*, marcados por conteúdo fortemente conservador.

<sup>45</sup> AAP, 55.09.10, MMC, FGV-CPDOC, *Comunicado do MMC*, 03/11/1955.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

JK, os articuladores do golpe começam a preparar retiradas ou recuos estratégicos, como se observa do comportamento destes dois personagens. O primeiro, embarcando para os Estados Unidos e o segundo, fazendo divulgar que São Paulo se posicionara contra o golpe:

No dia 4, Carlos de Lacerda, esteve na secção de passaportes da policia central, pedindo “visto” nos seus documentos, pois vai embarcar para os EEUU. Depois foi até ao gabinete do chefe da policia, convidando-o para fazer-lhe companhia. Estendeu o convite ao inspetor Cecil Borér. [...] A viagem de Carlos de Lacerda, é devida não ter conseguido apoio do general Távora para o golpe. [...] Jânio Quadros, tudo fez para arrastar o general Távora, a fim de chefiar o golpe, nada conseguindo. Houve até um rompimento de relações entre ambos. [...] O governador de São Paulo, num esforço para salvar as aparências, determinou ao seu porta-voz no parlamento, senador Áureo Andrade, no sentido de que fizesse um discurso no senado (realizado 6<sup>a</sup> feira ultima) definindo a posição de São Paulo: contra o “golpe”.<sup>47</sup>

Até mesmo uma tentativa de se aproximar de Prestes foi intentada por Lacerda, que lhe propôs articular uma greve geral, o que pode ser entendido, neste contexto, como mais uma manobra para fragilizar a institucionalidade constitucional, já que seriam vãs as possibilidades de voltar às hostes comunistas que integrara no passado, justamente pela liderança que adquire na agitação pró golpe.

Carlos de Lacerda, deseja encontrar-se com Carlos Prestes. Para isso mandou um emissário, a fim de marcar local e hora do encontro [...] Carlos de Lacerda deseja encontrar-se com Prestes com a intenção de articular uma greve geral em todo território nacional.<sup>48</sup>

A grande pedra no caminho dos golpistas foi mesmo a figura do general Lott que, no Ministério da Guerra, representava um bastião na defesa da institucionalidade constitucional e cuja renuncia, conforme avaliava o mesmo agente do MMC, poderia gerar um estado de guerra civil. Daí ter sido aconselhado por seus correligionários, a resistir às pressões advindas do presidente e a permanecer no cargo: “Já sabe que o general Lott não pode sair do ministério da guerra que, caso acontecesse provocaria uma guerra civil”<sup>49</sup> pois sua saída significaria a substituição dos comandantes de corpos de guarnição da capital federal.

A correlação de forças até agora descrita demonstra claramente como, de um lado, se posicionaram os setores mais conservadores e reacionários,

---

<sup>47</sup> AAP, 55.09.10, MMC, FGV-CPDOC, *Comunicado do MMC*, 07/11/1955.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> Ibidem.

representados pela UDN, o *Clube da Lanterna* e os setores militares ligados a ESG e o papel de articulador que coube a Lacerda. De outro, os defensores da institucionalidade que, conforme aponta a historiografia, seriam os nacionalistas, ou democratas, também com representação nos diferentes segmentos da sociedade civil com acesso ao poder político.

As articulações contra a manutenção de um regime baseado nos preceitos constitucionais não se esgotaram após o presidente eleito, JK assumir o posto com a ajuda das Forças Armadas do exército, capitaneados pelo general Lott, na qualidade de Ministro da Guerra do governo anterior que não teve forças para demiti-lo.

Apesar de arrefecidas as articulações do *Clube da Lanterna* não desaparecem, pelo contrário, somam forças com novos grupos que surgem no cenário político, como o Movimento de Recuperação Nacional (MRN) que, apesar dos candidatos terem sido empossados em janeiro de 1956 e reconhecidos pelo tribunal competente, voltam a alegar a inconstitucionalidade dos resultados do pleito.

Para o MRN a vitória de JK seria fruto de um golpe patrocinado pelo general Lott, considerado mais uma vez o inimigo público nº 1 do Brasil responsável juntamente com Juscelino e Goulart por todas as mazelas nacionais, pois se mostravam incapazes de resolver a grave situação do país criada na maior parte por eles próprios. O país acha-se imerso num verdadeiro mangue de dificuldades, tão grandes que só um grande esforço das elites poderá tirá-lo da confusão reinante.<sup>50</sup>

Mas o problema para levar a cabo os intentos de tirar do governo os eleitos, era ainda a cisão nas Forças Armadas, isto é, o fato de que o exército não concordava com a ruptura institucional naquele momento e atribuíam isto à permanência do general Lott no comando destas tropas. Assim, observa-se que iniciam uma campanha de difamação à sua pessoa, passando a descrevê-lo como um burocrata autoritário e pouco inteligente, mau caráter e com problemas psíquicos.

[...] as Forças Armadas continuam cindidas, com o ministro da guerra querendo trazê-las sob tutela e fazendo intromissões indébitas nos assuntos peculiares a cada uma delas [...], Lott, tirada de penumbra e elevada à posição atual por mãos amigas, que depois cinicamente

---

<sup>50</sup> Arquivo pessoal do General Juarez Távora (JT), dpf, 1956.09.25, FGV-CPDOC, *Comunicado do Movimento de Recuperação Nacional de Março/1956*, documento 01.

traiu, apresenta características de uma personalidade doentia, mal conformada, presa de psicose profunda. Esta criatura possui um temperamento instável, egocêntrico e pouco afetivo. Apresenta evidentes tendências místicas, autocrática megalomaniaca, mal encoberta por um exagerado prussianismo, talvez excepcional até nos meios militares hitleristas. Cultura estritamente profissional, de poucos conhecimentos gerais, vive colado, permanentemente, à letra de forma dos regulamentos militares. Excepcional comandante de pequena unidade e nada mais. Carece da necessária cordura, flexibilidade, capacidade de previsão e largueza de pontos de vista, indispensável ao exercício que exerce.<sup>51</sup>

O MRN é quem articula com maior lucidez ideológica a análise da realidade e o grupo que deduz sobre os “possíveis rumos que poderão ser impostos à nossa pobre pátria”, assim como sobre o golpe de Estado como única solução. Em seu manifesto, apontam quais eram as alternativas de golpe militar, que iam da manutenção de um civil no poder, até a proposta do expurgo total dos civis com a ascensão dos militares. No primeiro caos, ponderavam que a

[...] crescente irritabilidade contra o legislativo e o judiciário, [...] permitem inferir que serão subjugados sendo o primeiro, legislativo, possivelmente eliminado” e o “judiciário, já bastante desmoralizado aos olhos da nação, arranjará um “modus vivendi” para subsistir sob o guante de ferro da criatura militar.”<sup>52</sup>

Na segunda alternativa, o líder militar se colocava como um ditador, o que lhes parecia ser a mais provável dada

[...] a evidente predisposição psíquica à tirania mística, dando nascimento à firme convicção da criatura militar ser o salvador da pátria ; o caos reinante nas esferas governamentais, exigindo profunda modificação no organismo administrativo e institucional do Estado; a solução histórica, no Brasil, em resolver graves crises econômicas por meio de revoluções políticas; a falta de capacidade das elites dirigentes e completo divórcio entre estas e as massas; a inércia, decorrente da covardia e do sentimento de culpa, dos inúmeros responsáveis, civis e militares, pela situação vigente; o controle das posições-chave por pessoas da inteira confiança da criatura militar; a íntima ligação com João Goulart (o homem da república sindicalista), elementos trabalhistas e comunistas e finalmente, “o esforço para transformar o depoimento sigiloso, feito na justiça, pelo Cel Av João Adil,<sup>53</sup> num segundo caso MAMEDE”.<sup>54</sup>

Os preceitos do que consubstancia o espírito salvacionista das Forças

---

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> JT, dpf, 1956.09.25, FGV-CPDOC, *Comunicado do Movimento de Recuperação Nacional de Março/1956*, documento 02.

<sup>53</sup> O coronel aviador João Adil chefe do Serviço de Informações do Estado Maior da Aeronáutica, um ativo integrante dos setores militares antijuscelinistas, também teve participação no inquérito para apurar a tentativa de assassinato a Carlos Lacerda representando o ministério da aeronáutica.

<sup>54</sup> JT, dpf, 1956.09.25, FGV-CPDOC, *Comunicado do Movimento de Recuperação Nacional de Março/1956*, documento 02.

Armadas no Brasil, ficam bem claros neste documento e, segundo esta ideologia, isto se devia à conjugação de fatores de diversas ordens: de um lado, um povo místico que depositava suas esperanças em um salvador da pátria, de outro, o caos reinante na máquina do Estado, a infiltração comunista no governo, a que se aliava a incapacidade e a alienação dos segmentos dominantes, assim como seu distanciamento do povo transparece claramente neste comunicado.

Contestam ainda em outro boletim, a legalidade do governo de Juscelino e Goulart, dadas as evidências da corrupção e da vinculação de Juscelino e Jango com as hostes comunistas:

Está visto que ninguém em boa fé pode aceitar, sem discussão, a tese da legitimidade do governo empossado a 31 de janeiro. Em que pese seu reconhecimento pela justiça eleitoral, é obvio que ao exército não escapam as marcas mais perceptíveis da sua origem bastarda: fraudes, coações, adesão do comunismo, influência terminante de suspeitíssimas forças econômicas; e sobrelevando a tudo, os dois golpes de Estado<sup>55</sup> que afastaram qualquer possibilidade de contestação judicial do seu diploma.<sup>56</sup>

Através desses informativos à tropa, o MRN tentava persuadir a opinião do médio e baixo escalão sobre suas idéias e sobre as providências a serem tomadas, apelando para a divulgação do “boca a boca”: “Tire cópias para aqueles que, como você, acreditam no Movimento de Recuperação Nacional.”<sup>57</sup>

Como sempre a infiltração comunista é mostrada como o carro-chefe das deturpações nacionais, pois segundos os censores e o alto comando militar, a baixa oficialidade era a maior vítima dos tentáculos marxistas, e neste sentido apontam a articulação entre os petebistas e comunistas como uma

conspiração comuno-petebista (...) Hoje, já não se contam por dezenas os oficiais e sargentos que se renderam à dialética marxista, e se preparam euforicamente para os “grandes dias” que abalarão o Brasil.<sup>58</sup>

No mesmo coro reacionário dos demais movimentos conservadores, o MRN aponta Goulart como a ameaça permanente respaldada pelo ministro da guerra e os militares do MMC e suas ações no Ministério do Trabalho se

---

<sup>55</sup> O documento se refere ao afastamento do vice-presidente Café Filho e, posteriormente, do presidente da câmara dos deputados Carlos Luz no “contra-golpe preventivo” do general Lott para garantir a posse dos candidatos eleitos no pleito de 1955, Juscelino e Goulart.

<sup>56</sup> JT, dpf, 1956.09.25, FGV-CPDOC, *Comunicado do Movimento de Recuperação Nacional de Março/1956*, documento 02.

<sup>57</sup> Ibidem.

<sup>58</sup> Ibidem.

caracterizam, segundo eles, por um verdadeiro “programa de proselitismo iniciado nos quartéis do Rio Grande do Sul. Sua aliança recente com o MMC e a impermeável incompreensão do ministro da guerra garante-lhe completa impunidade”.<sup>59</sup>

Apesar de todas estas preparações e diagnósticos, observa-se que os militares deste grupo consideravam que o maior empecilho para um golpe era a falta de coesão entre as três Forças Armadas, já que o exército apoiava a manutenção da ordem pautada na Constituição –“a restauração da oligarquia getulista”– enquanto a aeronáutica e a marinha consideravam que era um risco mantê-la sem a sua intervenção.<sup>60</sup>

Toda esta preleção culmina com a naturalização do intervencionismo militar, com um recado às tropas sobre a responsabilidade de cada um deles na resolução da “amarga hora que atravessamos”, pois a “criatura militar” vai agir, “a Nação não duvida, pois está na lógica e dinâmica dos acontecimentos”.<sup>61</sup>

No ideário deste grupo, por se considerarem a parte não corrompida do exército, podiam insurgir-se contra a hierarquia vigente nas Forças Armadas e não aceitar a autoridade das autoridades acima deles, já que não inspiravam confiança ou a necessária idoneidade requerida para a execução da finalidade das Forças Armadas.

Nessa perspectiva, o MRN deveria praticar por isso a supressão da influência nefasta do poder econômico dos diferentes setores da administração e da política, a supressão de ameaças subversivas contrárias ao regime democrático, a nossa libertação do domínio de qualquer potência estrangeira e principalmente a “sagrada união das Forças Armadas, rompida pelos falsos legalistas de Lott e seus aliados comunistas”.<sup>62</sup>

Como os *sorbonistas* a idéia de saneamento social implicaria no expurgo total do “cidadão” considerado “inimigo interno”, as associações de classe engajadas na luta democrática, a classe trabalhadora urbana e rural, os integrantes e suspeitos de pertencerem ao PCB. Nesse caso a atuação do judiciário com essa nova “observância da lei”, garante o afastamento total do

---

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> JT, dpf, 1956.09.25, FGV-CPDOC, *Comunicado do Movimento de Recuperação Nacional de Março/1956*, documento 02.

<sup>61</sup> Ibidem.

<sup>62</sup> Ibidem.

individuo caso seja ele acusado e condenado através da

[...] apuração sumária das irregularidades e dos crimes de qualquer espécie, lesivos aos interesses nacionais ou praticados no exercício da função pública, como exemplar punição dos responsáveis; confisco dos bens adquiridos imoral ou ilicitamente; abolição dos privilégios de classes, grupos ou famílias; destruição definitiva da máquina subversiva e ilegal dos comunistas e seus associados.<sup>63</sup>

Para finalizar, o MRN propõe uma reforma constitucional para o estabelecimento do futuro regime de governo na União, Estados e Municípios, prevalecendo a república federalista, e se compromete através do seu

Governo Provisório Coletivo, a cumprir esse programa, deverá ter todo o nosso apoio, pois só ele salvará a nação da tremenda subversão social que já se aproxima, alimentada pela empáfia de alguns chefes militares que a esmagam sob o tacão de suas botas prepotentes; subversão já iniciada pela luta de classes que os comunistas preparam e exploram agora, mais do que nunca, pois gozam da impunidade que lhes conferem seus cínicos cúmplices fardados, atualmente no poder.<sup>64</sup>

No mesmo tom de “salvadores da pátria” a Frente Militar Revolucionária (FMR) em abril de 1956 lança o seu manifesto intitulado *Ao povo brasileiro*, repudiando o governo constituído e propondo reformas saneadoras que segundo eles, seriam a solução para os problemas do Brasil:

A Frente Militar Revolucionária obedece a princípios definidos e visa finalidades pré-determinadas, incidindo e se desenvolvendo num plano mais vasto, capaz de firmar a mística em torno da qual se conjuguem todos os esforços. Esta mística é a da formação de um Brasil grande, próspero e feliz, para o que devemos objetivar a elevação do nível moral e político da nossa gente, o aperfeiçoamento das nossas condições sociais e econômicas e o enobrecimento do nosso civismo.<sup>65</sup>

O apelo ao neutralismo político e ao nacionalismo, segundo o FMR, é a garantia do aperfeiçoamento das nossas condições sociais, cívicas e econômicas e também de acabar com a luta de classes,

[...] o nosso movimento não é um partido político; não representa uma agremiação política. É um movimento de reconquista da autoridade nacional e da harmonia das classes divididas. Não representamos interesses sectários nem partidários: só representamos os interesses nacionais.<sup>66</sup>

Os líderes do movimento se apresentam como dispostos a tudo pela

---

<sup>63</sup> JT, dpf, 1956.09.25, FGV-CPDOC, *Comunicado do Movimento de Recuperação Nacional de Maio/1956*, Boletim de informações n° 03.

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> JT, dpf, 1955.11.03, FGV-CPDOC, *Comunicado do Movimento Frente Militar Revolucionária Abril/1956*. O mesmo manifesto também se encontra no anexo ao *Relatório Reservado*, Dossiê DEOPS, 50.Z.09, documento n° 310, A/B/C.

<sup>66</sup> Ibidem.

restauração da pátria e enaltecem a marinha e a aeronáutica pela tentativa de impedir a posse de Juscelino e Goulart em novembro de 1955. Consideram o governo constituído como “uma quadrilha de ladrões e toxicômanos” que provocam a ruína do Brasil se juntando ao “próprio inimigo externo do Brasil, com o qual se juntaram nas eleições e no golpe militar, conspirando com a quinta coluna comunista para desarmar e trair os seus camaradas”. Nesse sentido, pedem a união nacional em torno da autoridade militar, única capaz de expurgá-los do território brasileiro.<sup>67</sup>

Nessa perspectiva, o manifesto apresenta as soluções para a “redenção da pátria” propondo a conquista do poder, ou pelos meios legais ou pela violência, promovendo a consolidação de nosso regime, de modo a fazer valer a democracia não só no plano político, como também, nos planos econômico e social, dando combate sistemático ao comunismo, não permitindo que adeptos do credo vermelho façam parte de qualquer órgão governamental. Vislumbram o “Brasil potência” entre as grandes nações capitalistas do ocidente após a mudança nacional pautada pelos ideais da nação brasileira, sempre sob a tutela das Forças Armadas que fará frente às mazelas do país.

### **Considerações Finais**

Estes focos de rebeldia nas Forças Armadas eram sintoma da predominância do pensamento ESGuiano a favor da tomada de poder pelos militares. Apesar do discurso democrático e *nacionalista* em prol à constituição, a idéia que o poder público e civil era extremamente corrupto, a que se somava a traição à pátria com a infiltração comunista, lhes dava o endosso para o “golpe corretivo” em nome dos verdadeiros interesses nacionais e do povo brasileiro.

Então, diante desse clima de “liberdades democráticas”, os debates em torno do movimento de 11 de novembro, que assegurou a posse de Juscelino e João Goulart, vieram a tona, mas com um viés da autocracia: ilude-se a opinião pública com a perspectiva das “liberdades democráticas”, afirmando-se que o debate sobre os motivos dos incidentes de 11 de novembro eram um atestado à legalidade constitucional, ou um ensaio de tomada do poder pela “esquerda militar”. E os truculentos teriam agido imbuídos da certeza de garantir a

---

<sup>67</sup> Ibidem.

manutenção do Estado “democrático”, em preservar a ordem e garantir os interesses da elite, que segundo eles eram os responsáveis pelos destinos da nação.

Nesse caso, a lógica do discurso é resguardar a ordem pública em detrimento da vontade do povo, impedindo que outros atores sociais tomassem a liderança do movimento pela legalidade, onde os questionamentos sobre as péssimas condições da classe trabalhadora e as políticas adotadas pelo Estado autocrático na defesa de interesses do capital associado, poderiam ser desmistificados.

Nessa dinâmica dos fatos aqui apresentados, apesar das Forças Armadas serem movidas por um severo código de respeito à hierarquia e disciplina militares, que em última instância representa os interesses do Estado constituído, a lógica que movimenta esse Estado autocrático burguês não é a do respeito à Constituição, mas sim a dos interesses do sistema de reprodução e acumulação de capital, sendo ele representado ou pela burguesia associada que toma as rédeas do processo da implantação do capital monopolista dependente, ou pela burguesia nacional que vislumbra o seu controle efetivo através de políticas que possam diminuir os efeitos contraditórios da “distribuição do capital”, o que os difere nada mais é do que a gestão do processo e não a sua negação.

Sendo assim, as divergências dos grupos militares nos parecem ser lastreadas pela dinâmica do sistema capitalista, em implantar as bases necessárias para a reprodução rápida dos investimentos e retorno do capital. Os internacionalistas representantes desses interesses têm urgência na implantação de políticas econômicas que garantam a liberdade do capital, abolindo as “amarras” de um “nacionalismo endógeno”, que naquele momento no processo de mundialização do capital, teria que ser abolido. No sentido dessa racionalidade sistêmica mundial, os nacionalistas estão “condenados” a serem absorvidos por essa dinâmica, refletindo assim as contradições do próprio sistema em engendrar a hegemonia de classe dentro da própria burguesia.

Talvez isso explique tanto a oposição dos nacionalistas militares, que propiciaram JK a sua “subida ao poder”, como das coligações partidárias que apoiou o seu programa de desenvolvimento, logo no início da sua gestão, que, após os seus pronunciamentos a favor da participação do capital multinacional e

da centralização das ações do executivo no processo de desenvolvimento nacional, davam a certeza do seu alijamento no processo.

## **Bibliografia**

BRANDI, Paulo. *Getúlio Vargas*. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/5458\\_50.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_50.asp)> acesso em 27/02/2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.

CHASIN, José, *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

COTRIM, Ivan Imperialismo e via colonial x “teoria” da dependência, *Revista da APROPUC. Imperialismo*, Ano 6, Nº 20, abril a junho, São Paulo, 2004.

DELGADO, Marcio de Paiva. *O “golpismo democrático” Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação de Mestrado em História. Juiz de Fora-MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Uma breve história do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13/07/2002.

NOVAES, Adelina Maria Alves. Manifesto dos generais à nação, de 22 de agosto de 1954. Apud Impasse na democracia brasileira: 1951-1955. *Coletânea de documentos*. Rio de Janeiro: FGV, 1983, p. 305.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil-década de 50) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

ROEPER, Sandro Joel Roecker. Estratégias de desenvolvimento no 2º governo Vargas (1951-1954) sob a ótica da Economia Política Dos Sistemas Mundo (EPSM). IN: *1º Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo*. Florianópolis: UFSC, 2007.

VIEIRA, Vera Lúcia. *Criminalização das lutas sociais em Estados autocráticos burgueses*. IN: *Xº Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Rosario: UNR, 2005.

\_\_\_\_\_. Texto apresentado no II Congresso Nacional e III Regional do Curso de História da UFG - Jataí, entre os dias 22 e 25 de setembro de 2009, em Jataí, Goiás, pp 13. Parte desta comunicação foi apresentada ao Congresso da Anphu em julho de 2007.

Colaboração recebida 09/03/2009 em e aprovada em 03/11/2009.